

**Ata da 18ª Reunião do
Grupo de Acompanhamento da Implementação do
Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai**

Local: Campo Grande/MS, Auditório do Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul - IMASUL

Data: 22 de novembro

Participantes: lista de presença (Anexo 1)

Boas vindas e Informes

Leonardo Sampaio (IMASUL), saudou todos e apresentou a pauta da reunião. Aparecida Vargas solicitou a inclusão na pauta do requerimento de urgência, realizado ao CNRH, que trata de errata de parágrafo do resumo do plano de recursos hídricos da região hidrográfica Paraguai. Registrhou que o requerimento teve de ser feito diretamente ao CNRH em função do cancelamento da reunião do GAP em setembro. Débora Calheiros (FONASC) discordou da proposta da Aparecida, informando que a CTIL do CNRH já se manifestou contrariamente ao requerimento. Viviani Pineli Alves (ANA) informou que foi elaborado projeto para implementar o plano de recursos hídricos, a fim de aproveitar a disponibilidade de recursos do Global Environmental Fund – GEF para a região hidrográfica. A proposta da ANA é de 8 milhões de dólares, que foi encaminhada à UNEP que alterou a proposta, mas a ANA não sabe o que foi alterado. O GEF vai deliberar em dezembro. Caso aprovado, o projeto precisará ser detalhado em 2019 e o GAP poderá colaborar. Leonardo Sampaio informou a atualização das duas representações do estado do Mato Grosso do Sul, que era necessária em função da fusão de duas secretarias. As indicações são da AGRAER e da SEMAGRO. Informou a realização de seminários sobre a recuperação de áreas degradadas na bacia hidrográfica do rio Paraguai, sendo os próximos eventos previstos nos dias 26, em Corumbá, e 30 de novembro, em Coxim. Relatou a resposta do GAP à demanda da ABRAGEL de participar mais diretamente do desenvolvimento dos estudos sobre os empreendimentos hidrelétricos a cargo da Fundação Eliseu Alves, relatando que a posição foi de não privilegiar ou favorecer qualquer segmento em relação ao acompanhamento do projeto. Eduardo L. de B. Oliveira (Sindenergia) informou a contratação de advogada especialista em meio ambiente e em planos de recursos hídricos e solicitou espaço para que ela apresente sua visão sobre o assunto. Leonardo Sampaio (IMASUL) se manifestou favorável à participação da especialista na próxima reunião do GAP ou em outra data viável. Débora Calheiros informou que, na semana passada, foram realizados 4 eventos da sociedade civil em Cáceres envolvendo representantes de 4 países (Bolívia, Brasil, Argentina e Paraguai) em que foram apresentados os resultados do plano de recursos hídricos e do Conselho Nacional de

Zonas Úmidas. Destacou que o evento aconteceu no dia 14 de novembro, dia do rio Paraguai. Leonardo Sampaio informou que Felipe Dias (SOS Pantanal), relator do GAP, teve um imprevisto e não poderá comparecer. Leonardo Sampaio solicitou manifestação sobre a solicitação de inclusão de pauta da demanda da Aparecida Vargas: 6 membros se manifestaram favoráveis, 4 contra e 3 se abstiveram.

Resultados parciais do estudo de qualidade e hidrossedimentologia da Região Hidrográfica Paraguai: Análise das Cargas Difusas

Luciana A. Zago (ANA) informou o compromisso da ANA de apresentar os resultados dos estudos sobre os empreendimentos hidrelétricos. Aparecida Vargas solicitou esclarecimento sobre a previsão de apresentação dos resultados por bacias críticas, que são inclusive identificadas no plano de recursos hídricos. Luciana A. Zago relatou que essa abordagem por bacia crítica será apresentada quando existirem resultados consistentes, o que deve ocorrer mais perto do final do projeto. Informou que a contribuição do GAP aos estudos será realizada a partir de textos síntese que serão disponibilizados ao grupo pela ANA e para os quais serão recebidas contribuições. Destacou que hoje serão apresentados resultados preliminares e aspectos metodológicos. Marcia Divina Oliveira (Embrapa) fez apresentação geral sobre o que tem sido desenvolvido em termos de qualidade de água e hidrossedimentologia (Anexo 2). Rafael Mingotti (Embrapa) se apresentou e iniciou a apresentação da metodologia de estimativa das cargas difusas e os resultados preliminares obtidos em 14 sub-bacias e os resultados estão sendo tabulados para 180 pontos, que correspondem aos empreendimentos hidrelétricos existentes e ou estudados (Anexo 3). Eduardo L. de B. Oliveira perguntou sobre os resultados obtidos em relação à UHE Manso, tendo em vista que foram disponibilizados dados. Rafael Mingoti esclareceu que não foi realizada uma análise de detalhe e que serão analisados os dados primários disponibilizados. Suzan Lannes (ABES) pediu esclarecimentos sobre os dados que estão sendo usados no modelo. Rafael Mingoti informou que o modelo busca representar a parte física terrestre da bacia, solos, declividade, entre outros, e as cargas que chegam ao rio. Luciana A. Zago informou que enviará textos e apresentações revistas da reunião na próxima semana.

Sistema de Acompanhamento da Implementação do Plano (MOP)

Viviani Pineli Alves mostrou que o MOP está disponível na internet na página da ANA. Destacou que é possível acompanhar a execução da implementação de cada atividade. Informou que o Channel, um sistema de acompanhamento de projetos utilizado pela ANA, também está sendo utilizado no plano de recursos hídricos. Membros do GAP interessados em acompanhar devem enviar e-mail à ANA. O Channel tem a vantagem de ser mais dinâmico e enviar mensagens sobre o progresso das ações. Ressaltou que os órgãos gestores de recursos hídricos já tem acesso ao Channel. Luciana A. Zago informou que enviará textos e apresentações revistas da reunião na próxima semana.

Viviani Pineli Alves falou que atualizou o MOP com as contribuições apresentadas na oficina de apresentação do MOP sendo considerados a inclusão de todas as ações de curto prazo que não estavam inclusas conforme solicitado pela ABRAGEL, inclusive as justificativas das ações de curto prazos que não poderão ser realizadas no momento.

Proposta de Composição do GAP

Alessandra Panizi (FIEMT) se manifestou a favor de aguardar a definição de mudanças no GAP para o próximo ano. Débora F. Calheiros manifestou que o GAP se omitiu quanto à alteração da sua composição da vez anterior, mas que deseja retomar essa temática. Apresentou os três representantes, indígenas, de pescadores e agricultores familiares, presentes à reunião. Defendeu a representação igualitária no grupo (indígenas, de pescadores e agricultores familiares) e se manifestou contra as indicações realizadas pelos conselhos estaduais de recursos hídricos, propondo a livre indicação. Em seguida, apresentou a proposta de composição (Anexo 4). Pedro Jovem, pescador, manifestou a vontade do seu segmento de participar do GAP. Valdinez Gabriel (Povos Indígenas da BAP) informou que representa comunidades indígenas e Conselho do Povo Terena e demonstrou preocupação com a situação dos índios. Gleison Rocha Meireles (Fetagri – MS), defendeu a participação da agricultura familiar no GAP para contribuir para o debate. Leonardo Sampaio solicitou ao grupo que se manifestasse sobre a proposta de avaliar no próximo ano a alteração da composição do GAP, tendo em vista as mudanças políticas. Realizada a votação, 6 membros se manifestaram favoráveis a discutir a alteração na composição do GAP nesta reunião, 8 foram contra e houve 1 abstenção. Débora F. Calheiros se manifestou contrária ao posicionamento de representantes do GAP. Eduardo L. de B. Oliveira manifestou que a senhora Débora sempre tem amplo espaço para se manifestar e se posiciona sempre como vítima no GAP e que os empreendimentos hidrelétricos passam por processos de audiências públicas, que tem sido prejudicadas e canceladas pela perturbação da ordem por pessoas. Claudete Bruschi (IMASUL) fez o depoimento de que há dois comitês de bacia hidrográfica estaduais de Mato Grosso do Sul que não conseguem preencher as vagas da representação indígena ao nível local e questiona o interesse de fazer essa representação ao nível mais global do GAP. Marcia Divina Oliveira falou da importância da representação da sociedade civil que é menos organizada e tem menos informações. Acrescentou que considera a distribuição de membros no GAP muito desequilibrada. José Luiz G. Zoby (ANA) informou que a composição do GAP é equilibrada sob a perspectiva da Resolução nº 5 do CNRH, que estabelece percentuais entre os segmentos de poder público, sociedade civil e usuários de recursos hídricos e foi adotada como referência para formular a composição do grupo. Lucelia Avi (FAMATO) comentou que considera a composição do GAP equilibrada, tendo em vista o equilíbrio da votação realizada hoje de 8 contra 6 votos, de apresentar representação similar a comitês de bacia hidrográfica, e que não se pode ficar discutindo mudanças de composição para atender a interesses pessoais. Manifestou-se contra a discussão da

composição na próxima reunião. Gleison Rocha reforçou a importância da representação específica do pequeno agricultor e da participação no grupo. José Luiz G. Zoby esclareceu que a ANA tem apoiado a participação da sociedade civil no grupo desde o início e que ampliou o apoio inclusive aos representantes da agricultura familiar e pesca, considerados como integrantes do segmento de usuários de recursos hídricos, para garantir a participação. Suzan Lannes informou que a ABES participa nacionalmente nestes tipos de fórum como o GAP e tem muito a contribuir no segmento da sociedade civil.

Resultados parciais dos estudos de diagnóstico de Ictiofauna, Ictioplâncton e Pesca da Região Hidrográfica Paraguai do primeiro ciclo de amostragem

Andrea Bialetzki (Nupelia/UEM) se apresentou como pesquisadora do Nupelia da Universidade Estadual de Maringá. Informou que estava acompanhada do colega e consultor do projeto, professor Angelo Agostinho. Ressaltou que apresentaria resultados preliminares do primeiro ciclo de amostragem, segundo que o segundo está sendo iniciado. Destacou que as áreas selecionadas para amostragem correspondem àquelas com empreendimentos hidrelétricos ou com previsão e que foram selecionadas espécies migradoras com relevância para a pesca. Apresentou resultados da bacia do Taquari/Coxim como exemplo para mostrar a metodologia que será replicada nas demais bacias (Anexo 5). Angelo Agostinho prestou esclarecimentos sobre a metodologia do estudo. Débora F. Calheiros comentou a importância ecológica e econômica da preservação dos rios. José Quadrelli Neto (CNI) manifestou a importância dos estudos para o setor produtivo para que possa tomar decisões e melhor proteger o meio ambiente. Murilo Morgandi Covezzi (SEMA-MT) informou que está em regulamentação a questão da produção da tilápia pelo estado do Mato Grosso. Angelo Agostinho comentou que a instalação da tilápia em reservatórios mostra que ela consegue se adaptar se houver uma fonte contínua.

Relatório de Atividades 2018 do GAP

José Luiz Gomes Zoby registrou a disponibilização prévia aos membros do GAP do relatório anual de atividades do GAP, que deverá ser enviado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Registrhou que o documento ainda estava incompleto por não incorporar os resultados da presente reunião, mas informou que os pontos onde a informação será inserida estão identificados no documento. Indagou se havia alguma contribuição ao documento. Não houve manifestações.

Posicionamento sobre a suspensão das outorgas nos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso

Leonardo Sampaio informou que o estado de Mato Grosso do Sul não seguirá a diretriz de suspensão das outorgas de empreendimentos hidrelétricos emanada pela ANA para os rios federais. Murilo Morgandi Covezzi informou que está em negociação um Termo

de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Públco sobre como atuar na forma da lei. Débora F. Calheiros manifestou como incoerente e irresponsáveis o posicionamento dos coordenadores do GAP em não levar a frente as decisões do GAP. Murilo Morgandi Covezzi informou que foi favorável ao posicionamento da ANA, mas que a decisão final depende do alto escalão do governo. Leonardo Sampaio informou que existem procedimentos legais e técnicos para garantir a autorização de empreendimentos hidrelétricos até que os estudos sejam consolidados.

Normas de funcionamento e representação no GAP

José Luiz G. Zoby informou que as normas de funcionamento foram encaminhadas por duas vezes aos membros, não tendo sido recebidas contribuições. Destacou que o GAP tem normas, mas não possui regimento interno como um comitê de bacia. Aparecida Vargas apresentou suas contribuições, informando que tomou por base as competências do GAP definidas nas resoluções do CNRH que define sua função, quais sejam, acompanhar a elaboração e a implementação do PRH Paraguai. Informa que não havia concluído a sua análise de todas as normas de funcionamento. Murilo Morgandi Covezzi sugeriu incluir que o GAP informe anualmente também os conselhos estaduais de recursos hídricos o relatório de atividades anual (art. 4). Lucelia Avi sugeriu incluir a previsão da alternância da coordenação do GAP entre os órgãos gestores estaduais. Após diversas discussões, foi definida que as reuniões do grupo passariam a ser quadrimestrais. Debora F. Calheiros sugeriu a previsão de criação de grupos de trabalho. Lucelia Avi e Jose Luiz G. Zoby manifestaram que o GAP já é um grupo e que não pode constituir eventuais grupos de trabalho, mas pode criar grupos informais sem estar previsto nas normas de funcionamento.

Agenda de reuniões do GAP em 2019

Foram aprovadas as seguintes datas de reuniões: 08 de maio em Cuiabá; 21 de agosto em Campo Grande; e 27 de novembro em Cuiabá.

Questionamentos da ABRAGEL

Aparecida Vargas apresentou o questionamento realizado ao CNRH sobre a errata com a mudança de redação do Plano com base na Ata aprovada da 12ª Reunião Ordinária do GAP. Luciana A. Zago esclareceu que o texto apresenta uma recomendação dentro de um bloco que são diretrizes. Acrescentou que mesmo que o texto fosse apenas uma recomendação, e não diretriz, a ANA, representada pela sua diretoria e procuradoria federal, poderia seguir com seu posicionamento. Aparecida A. Zago esclareceu que o assunto não foi finalizado no CNRH, apesar da votação por 5 a 4 na CTIL. Alessandra Panizi esclareceu que há diferença entre “recomenda e deve-se”, prevalecendo o texto aprovado na ATA com a palavra recomendação que foi alterada para deve-se no documento final; sem que a alteração realizada pela equipe de consolidação fosse destacada para o GAP para deliberação, desrespeitando os princípios constitucionais

de transparéncia e informação. José Quadrelli Neto afirmou que o Termo de Referência não é claro quanto à relação de aprovação de produtos parciais e a aprovação do produto final e considerou uma quebra de confiança a alteração da redação. Marcio Araújo (ANA) comentou que o relatório final não é a soma dos relatórios parciais e que o amadurecimento leva a ajustes de redação neste e em outros pontos. Alessandra Panizi comentou que as alterações de texto deveriam ter sido apresentadas ao grupo no relatório final e manifestou a necessidade de transparéncia do poder público, especialmente nesta questão que foi o ponto nevrálgico de todas as reuniões, além de relembrar que a origem da resolução que criou o GAP foi pelo mesmo motivo. Leonardo Sampaio colocou em votação se haveria necessidade de deliberar sobre a errata hoje ou em outra em reunião. Na deliberação do assunto, o resultado foi de 7 membros a favor, 3 contra e 2 abstenções. Em seguida, foi apresentada a seguinte proposta: “o GAP solicita ao CNRH que o texto aprovado na 12ª reunião seja inserido como errata no PRH-Paraguai da forma como está descrito, *ipsis litteris*, uma vez que foi o texto aprovado na referida reunião” onde se lê “Os pedidos de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) ou Outorgas para novos aproveitamentos hidrelétricos na RH-Paraguai devem aguardar os resultados desses estudos para a conclusão de suas análises, de forma a poder incorporar seus resultados. Assim que concluídos relatórios parciais para bacias específicas, seus resultados já devem ser incorporados aos pedidos de outorga e DRDH em análise”, leia-se “Recomenda-se que os pedidos de DRDH ou Outorgas para novos AHEs na RH-Paraguai aguardem os resultados dos estudos sobre os efeitos das hidrelétricas para a conclusão de suas análises, de forma a poder incorporar seus resultados. Assim que concluídos relatórios parciais para bacias específicas, seus resultados já devem ser incorporados aos pedidos de outorga e DRDH em análise”, devendo esta solicitação ser encaminhada ao CNRH para ser discutida na reunião de 18 dezembro de 2018. Votaram a favor deste encaminhamento 8 membros, 3 membros se manifestaram contra e 1 se absteve. Marcia Divina Oliveira se manifestou contraria pela entrada do assunto em pauta sem prévio conhecimento. Leonardo Sampaio falou que a proposta foi colocada no início da reunião e o quórum era o mesmo da abertura da reunião e que este tipo de inclusão em pauta aconteceu em outras reuniões. Não foram computados os votos declarados pela senhora Debora que se ausentou da reunião, para não abrir precedentes. Aparecida Vargas citou que o representante do MME não conseguiu chegar por motivo de força maior, embora tenha enviado procuração que não foi apresentada para também não abrir precedentes.

Encaminhamentos

ANA enviará, na próxima semana, os textos e apresentações referentes aos estudos sobre os empreendimentos hidrelétricos nos temas tratados na reunião. Os membros do GAP terão 30 dias para enviar contribuições.

ANA enviará o relatório anual de atividades completo aos membros do GAP, que terão 15 dias para enviar contribuições.

ANA enviará aos membros do GAP o link para acesso ao MOP pela internet e o e-mail de contato para obter acesso ao Channel.

A proposta de alteração da composição do GAP, realizada pelo FONASC, será discutida no início do próximo ano. Além disso, será avaliado pelos membros o cenário de mudanças institucionais e a demanda de atualização das representações no grupo.

Os membros do GAP terão 30 dias para enviar sugestões às normas de funcionamento do grupo. A ANA fará uma compilação das contribuições para apresentar na próxima reunião.

A coordenação do GAP enviará ao CNRH a solicitação da inclusão de errata no plano de recursos hídricos, de modo que seja seguido o texto aprovado na 12^a reunião do GAP.